



REQUERIMENTO Nº _____, de 2014.

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer realização do Seminário “Laicidade, Liberdade e Democracia” no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, a fim de tratar os princípios atuais que envolvem a laicidade do Estado.

Senhor Presidente,

Requer realização do Seminário “Laicidade, Liberdade e Democracia” no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, a fim de tratar os princípios atuais que envolvem a laicidade do Estado.

Para tanto, indicamos como convidados personalidades da Academia; do Conselho Regional de Psicologia; do Movimento Estratégico pelo Estado Laico; da Secretaria de Direitos Humanos; da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento de seminário, originário de proposta do Movimento Estratégico pelo Estado Laico - MEEL visa ampliar o debate sobre a laicidade e dar visibilidade de sua importância para a prevalência dos direitos humanos, além de qualificar movimentos políticos e sociais para o debate coletivo democrático.

Um Estado laico é importante não apenas para as pessoas que não têm religião, mas principalmente para aquelas que têm religião e que, no



Brasil, são cada vez mais diversificadas na definição de sua confissão, de sua adesão religiosa. Diversidade religiosa legítima, diferenciação ativa de crenças, tradições, dogmas e práticas, bem como de figuras e entidades religiosas (santos, santas, anjos, demônios, deuses e deusas), só é possível haver de forma sustentável se o Estado for laico. Diz-se que o Estado moderno é um Estado laico quando - ao não tomar partido por uma religião e afastando-se por igual de todas elas - pode, eventualmente arbitrar de modo imparcial, e na forma da lei, conflitos entre grupos religiosos particulares.

O Brasil vive hoje um tensionamento que expressa uma ameaça para a garantia de uma vida com dignidade e sem discriminação para todos/as os/as brasileiros/as, o chamado fundamentalismo religioso. Após longo processo histórico que culminou em uma sociedade diversa e plural, vivemos um contexto de retrocesso e de obscurantismo que ameaça um princípio democrático estruturante de nossa Constituição Federal: a laicidade do Estado.

Buscando contribuir para garantir que as decisões sobre a legislação, políticas e serviços públicos preconizem a laicidade do Estado, o **Movimento Estratégico pelo Estado Laico – MEEL** foi criado para somar-se aos esforços nacionais em prol da garantia da laicidade do Estado brasileiro e dos direitos humanos.

Assim, o objetivo do MEEL é abrir um debate na sociedade brasileira para reflexão sobre a hegemonia religiosa que hoje tem fortemente influenciado a formulação e a execução das políticas públicas, assim como tem causado grandes retrocessos nas propostas do poder legislativo no Brasil. Neste debate será importante considerar aspectos do nosso sistema democrático, refletir sobre a perspectiva prevalecente da “tirania da maioria”, que invisibiliza a agenda política das chamadas “minorias”. E que reforçam o conflito estabelecido entre aqueles/as que em nome de uma determinada religião tentam impor conceitos de bem-estar social atrelado ao funcionamento de políticas públicas, atacando direitos conquistados por grupos historicamente discriminados.



O Brasil é um Estado Laico, no qual não há nenhuma religião oficial. Um Estado laico não é um Estado ateu, plurirreligioso ou intolerante às liberdades religiosas. Em um Estado laico, não há nem perseguição religiosa, nem favorecimento das religiões. É exatamente a laicidade do Estado que garante a liberdade religiosa e de crença de cada cidadão e cidadã. Em um Estado laico, **os órgãos públicos devem ser neutros em matéria religiosa**. Isso não significa que quem os integra não possa professar suas crenças individualmente ou com suas famílias e tampouco que sua liberdade de expressão possa ser cerceada. Significa apenas que sua atuação profissional não deve se pautar pelas suas crenças religiosas.

Por todo o exposto, a realização da audiência pública ora proposta muito contribuirá, para o aprofundamento deste debate e do diálogo entre parlamento e o conjunto das entidades e movimentos que defendem os direitos humanos, a liberdade, e a decisão livre do sujeito sobre si mesmo, no contexto da sociedade brasileira.

A audiência pública/seminário adotará uma metodologia de diálogos propositivos para a construção de conteúdos que possam ser aprofundados por cada entidade, movimento e sujeitos políticos defensores das liberdades democráticas, da diversidade e da laicidade, e que gerem subsídios para publicações, acerca de cada tema debatido. O seminário também lançará campanha pelo voto consciente e laico.



PROGRAMAÇÃO

1º dia:

Manhã-

- Conferência de Abertura: Débora Diniz, Roberto Lorea, ou Jorge Raupp Rios.

Tarde-

- Mesas Temáticas: violação de religiosidades; comunidades terapêuticas; diversidade sexual; Direitos sexuais e reprodutivos, educação; interferências no código penal.

2º dia:

Manhã:

- Relatorias das Mesas Temáticas
- Grupos de Trabalho Temáticos

Tarde:

- Grupos de Trabalho Temáticos
- Encerramento

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2014.

Deputada ERIKA KOKAY
PT/DF